



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

ARACAUJ • TERÇA-FEIRA, 16.6.2015

EDITORIA DE POLÍTICA

Jornal da Cidade - 16/06/2015

Subvenções: Adelson Barreto processado por improbidade

Adelson foi o único deputado, mas outras seis pessoas foram processadas

Em entrevista coletiva concedida ontem à imprensa sergipana, o Ministério Público Estadual (MPE) divulgou que o deputado federal Adelson Barreto (PTB) será processado por improbidade administrativa. O processo é um desdobramento da investigação do suposto uso das verbas de subvenção na Assembleia Legislativa, para fins eleitorais – até o ano passado Adelson ocupava o cargo de deputado estadual. O esquema envolveria deputados e entidades que prestam assistência social, de acordo com MPE.

Adelson tem foro privilegiado, por exercer mandato na Câmara Federal, e deverá ser julgado no Supremo Tribunal Federal (STF). O promotor Jarbas Adelino, um dos responsáveis pela ação, disse que informações sobre o caso foram encaminhadas ao procurador-geral da República, “para que ele adote as medidas necessárias no âmbito criminal”.

Nenhum outro deputado foi citado na ação civil pública impetrada pelo Ministério Público, mas outras seis pessoas também irão responder, juntamente com Adelson Barreto. Todos vão responder por crimes como peculato, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa.

De acordo com as investigações do MPE, o ex-deputado estadual teria desviado a verba



Arquivo JC

ADVOGADO disse que deputado nunca comprou votos

de subvenção, durante o período eleitoral. O esquema foi delatado pelo vereador Antônio Arimatéria.

De acordo com o promotor Henrique Ribeiro Cardoso, há um avanço nas investigações e até o final do ano poderão ser realizadas diversas prisões, em vários municípios – todas elas relacionadas com as associações que estão sendo investigadas. Elas receberiam dinheiro e devolveriam aos parlamentares.

Subvenções

Ainda de acordo com o MPE, foram destinados R\$ 300 mil das verbas de subvenções para a Sociedade Musical Lira Nossa Senhora da Purificação, no Município de Capela. “Des-

ses, R\$ 200 mil retornaram para o deputado, o presidente da associação recebeu R\$ 30 mil e mais R\$ 30 mil foram para o vereador. Outros R\$ 40 mil foram distribuídos entre a proprietária da construtora e uma engenheira. Apenas da parte que ficou para o presidente foram gastos R\$ 3 mil em pintura, ou seja, 99% foram desviados”, explicou Bruno Melo, outro promotor de Justiça responsável pelo caso. Ele avalia que depoimentos e provas confirmam que o vereador agia como intermediário entre o deputado e a associação.

“O vereador, que era o intermediário, disse que tinha uma quantia em verba e que uma parte deveria retornar para ele. Nós temos as imagens do vereador

contando o dinheiro e outra pessoa que trabalha para ele indo sacar. Temos os detalhes contados por todos os envolvidos que confirmam a versão investigada pelo Ministério Público”, destaca o promotor. O Ministério Público vai pedir que os envolvidos devolvam os recursos.

Não comprou

O advogado de defesa do deputado Adelson Barreto, Emanuel Cacho, em conversa com o portal G1/Sergipe, negou as acusações. Cacho informou que já acompanhava o processo na Justiça Eleitoral e aguardava o desenrolar dos fatos.

“O inquérito já havia sido instaurado pelo Ministério Público e esperamos a convocação para apresentar os fatos. Não existem evidências que Adelson comprou votos, ele nunca comprou votos. De origem humilde, ele sempre realizou um trabalho social. Vamos processar o vereador Antonio Arimateia, que é o responsável por fazer o repasse das verbas em Capela e Muribeca. Ele vai ter que provar o que falou na Justiça”, disse o advogado, em entrevista ao Portal.

Ontem circulou a informação, ainda não confirmada, de que a Justiça teria decretado a indisponibilidade dos bens de Adelson Barreto e demais réus. Adelson teria bens no valor de até R\$ 400 mil indisponíveis.